

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES

- 1 . O candidato está recebendo, juntamente com este caderno de prova, o cartão-resposta, **único e insubstituível**. Confira o seu nome.
2. O cartão-resposta apresenta um campo em que o candidato deve assinar.
3. Este caderno de prova contém 30 questões, todas com cinco alternativas. Para cada questão existe apenas uma resposta certa. O caderno de prova só será trocado se apresentar problema de impressão. CONFIRA SEU CADERNO DE QUESTÕES.
4. O caderno de prova será devolvido ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta.
5. A tarefa do candidato consiste em analisar o conteúdo de cada questão e assinalar a resposta que julgar certa. A interpretação das questões, bem como das instruções, faz parte da prova.
6. Durante a aplicação da prova não serão fornecidas quaisquer informação acerca das questões apresentadas.
7. Preencha o cartão-resposta na mesma sequência das questões do caderno de prova (de n. 1 a de n. 30). A rasura implicará a anulação da resposta.
8. NO CARTÃO DE RESPOSTAS, o candidato encontrará uma grade de respostas para anotar o seu gabarito. Recorte-a e leve-a consigo.
9. A duração da prova é de DUAS horas. A saída do candidato só será permitida após transcorrido 30 minutos hora do início da mesma. Os candidatos que finalizarem a prova objetiva serão autorizados a se retirarem da sala, porém deverão aguardar o início da prova prática em informática dentro das dependências do CERT.
10. A prova e o gabarito serão divulgados no dia 25 de junho, no sítio da Prefeitura Municipal de Joaçaba, www.joacaba.sc.gov.br.

NOME DO CANDIDATO: _____.

Nº DA INSCRIÇÃO _____.

BOA SORTE!!!

01 – Sobre as atribuições do Conselho Tutelar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) atender as crianças e adolescentes sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados.
- B) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- C) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.
- D) promover a execução de suas decisões podendo para tanto requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- E) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

02 – Assinale a opção que estão de acordo com as características do Conselho Tutelar:

O Conselho Tutelar é órgão, e, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Eca.

- A) Dependente, jurisdicional, autônomo.
- B) Permanente, autônomo, jurisdicional.
- C) Permanente, autônomo, não jurisdicional.
- D) Policial, vinculante, jurisdicional.
- E) Todas as alternativas são incorretas.

03 – Acerca das decisões do Conselho Tutelar, assinale a opção **CORRETA**:

- (A) Podem ser revistas apenas pela comissão eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente responsável pelo pleito eleitoral.
- (B) Podem ser revistas pela Autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- (C) Podem ser revistas por qualquer autoridade municipal.
- (D) Podem ser revistas pela pessoa ou instituição que encaminhou a criança ou o adolescente para o Conselho Tutelar.
- (E) Nenhuma alternativa é correta.

04 - De acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) considera-se criança e adolescente, respectivamente:

- A) Aquela pessoa até 12 anos de idade completos e aquela pessoa entre 12 e 18 anos de idade.
- B) Aquela pessoa até 12 anos de idade incompletos e aquela pessoa entre 13 e 18 anos incompletos.
- C) Aquela pessoa até 12 anos de idade incompletos e aquela pessoa entre 12 e 18 anos de idade.
- D) Aquela pessoa até 12 anos de idade completos e aquela pessoa entre 18 e 21 anos de idade.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

05 - O artigo 80 do ECA proíbe a entrada e permanência de crianças e adolescentes em estabelecimentos de jogos. A inobservância desta disposição pelo estabelecimento está sujeita a qual penalidade:

- A) Multa de três a vinte salários de referencia podendo a autoridade judiciária determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias, em caso de reincidência.
- B) Multa de cinco a dez salários mínimos de referencia, podendo a autoridade judiciária determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias, em caso de reincidência.
- C) Multa de dois a dez salários de referencia podendo a autoridade judiciária determinar o fechamento do estabelecimento por até trinta dias, em caso de reincidência.
- D) Fechamento definitivo do estabelecimento sem possibilidade de recorrer ao pagamento de multa.

E) Pena de detenção de um a três meses, ou multa, para quem permitir a entrada de criança/adolescente no estabelecimento.

06 – De acordo com o art. 112, a obrigação de reparar o dano constitui uma:

- A) imposição decorrente da medida de prestação de serviços à comunidade.
- B) medida protetiva.
- C) imposição decorrente de medida de advertência.
- D) medida sócio-educativa.
- E) medida aplicada aos pais por atos praticados como furto ou roubo.

07 – Em relação à Remissão, é corrente afirmar:

- A) A remissão só poderá ser concedida por autoridade judicial.
- B) A remissão poderá incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a liberdade assistida.
- C) Poderá ser concedida antes de iniciado o procedimento judicial para a apuração ato infracional.
- D) A remissão poderá ser revertida ao final do cumprimento da medida de internação.
- E) A remissão, enquanto medida judicial, independe da manifestação do Ministério Público.

08- O Estatuto da Criança e do Adolescente disciplina acerca da implantação dos Conselhos Tutelares e estabelece:

- A) Em cada município com mais de 30 (trinta) mil habitantes haverá no mínimo, dois Conselhos Tutelares.
- B) Os Conselhos Tutelares são compostos por cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução.
- C) Em municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes, os Conselhos tutelares serão compostos de sete membros, com mandato de dois anos, permitida a recondução.
- D) Os Conselhos Tutelares serão compostos por sete membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- E) O Município que não instalar seu Conselho Tutelar poderá ser acionado para fazê-lo, mediante mandado de segurança.

09 – A liberdade assistida, enquanto medida judicial de cumprimento obrigatório, prevista no ECA, será fixada:

- A) Pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada.
- B) Pelo prazo mínimo de um ano, podendo a qualquer tempo ser prorrogada.
- C) pelo prazo de seis meses, sem possibilidade de ser prorrogada.
- D) por prazo indeterminado, até que a autoridade judiciária avalie a recuperação do adolescente.
- E) Pelo prazo mínimo de três, podendo ser prorrogada.

10 – Na conceituação de Conselho Tutelar, atribuída no art. 131 do ECA, são indicadas três características básicas do Conselho: permanente, autônomo e não jurisdicional. Segundo comentário de Soares (ECA comentários jurídicos e sociais, 1992), o significado atribuído a estas características é:

I – *Não jurisdicional*: as funções exercidas são de natureza executiva, com a atribuição de compor as lides (conflitos de interesse)

II – *Autônomo*: tem liberdade e independência na sua atuação funcional e suas decisões somente poderá ser revistas em ato impetrado pelo Ministério Público.

III – *Não jurisdicional*: não cabe ao Conselho Tutelar estabelecer qualquer sanção para forçar o cumprimento de suas decisões.

IV – *Permanente*: não é temporário ou eventual, mas essencial e indispensável ao organismo social.

- A) Somente as proposições II e III são corretas.
- B) Somente as proposições IV e I são corretas.
- C) Somente as proposições III e IV estão corretas.
- D) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.
- E) Todas as proposições estão corretas.

11 -O art. 67, do Estatuto da Criança e do Adolescente, dispõe sobre o trabalho de aprendiz, dizendo o que o aprendiz **não pode**:

- A) Trabalhar durante a noite (das 22h às 5h).
- B) Trabalhar em local insalubre ou penoso.
- C) Trabalhar em local impróprio para sua formação.
- D) Trabalhar em horários e locais que não permitam sua frequência na escola.
- E) Todas as alternativas estão corretas.

12 - Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente **NÃO** poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- a) Advertência;
- b) Internação em estabelecimento educacional
- c) Prestação de serviços à comunidade
- d) Obrigação de reparar o dano
- e) Prestação de trabalho forçado.

13 – Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude, inclusive os relativos à execução das medidas socioeducativas, adotar-se-á o sistema recursal da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), com algumas adaptações. A respeito do Recursos, no ECA, assinale a opção **CORRETA**:

- A) Os recursos serão interpostos mediante preparo;
- B) Em todos os recursos, salvo nos embargos de declaração, o prazo para o Ministério Público e para a defesa será sempre de 10 (dez) dias
- C) Todos os recursos terão prazo de 15 dias;
- D) Os recursos terão preferência de julgamento, porém necessitam, obrigatoriamente, de revisor.
- D) Antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de apelação, ou do instrumento, no caso de agravo, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de dez dias.

14- Acerca das funções e atuação do Ministério Público, julga a assertiva **INCORRETA**:

- A) O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente.
- B) Compete ao Ministério público conceder a remissão como forma de exclusão do processo.
- C) A falta de intervenção do Ministério Público não acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.
- D) A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

E) As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

15- O juiz poderá impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito. Essa é a disposição do art. 213, §3º do Estatuto da Criança e do Adolescente. No tocante aos valores das multas, elas serão revertidas ao fundo gerido pelo:

- A) Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.
- B) Ministério Público
- C) Receita Federal
- D) Juiz da Infância e Juventude
- E) Câmara de Vereadores do Município

16 – Os crimes definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são de

- A) Ação pública condicionada à representação
- B) Ação pública incondicionada
- C) Ação privada
- D) Ação penal privada personalíssima
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

17 – No que concerne a família substituta, julgue a assertiva **INCORRETA:**

- A) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- B) Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- C) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.
- D) A colocação em família substituta admitirá transferência da criança ou adolescente a terceiros ou a entidades governamentais ou não-governamentais.
- E) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.

18 - Acerca da adoção, assinale a alternativa **CORRETA:**

- A) O adotado não possui nenhum direito sucessório em relação a família adotante.
- B) A adoção independe do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.
- C) O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.
- D) A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais.
- E) A simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

19 – Sobre a prática de ato infracional, assinale a alternativa **CORRETA:**

- A) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
- B) O adolescente não tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, não necessitando ser informado acerca de seus direitos.
- C) O adolescente poderá ser privado de sua liberdade em situações de suspeita flagrante de ato infracional ou, ainda, por arbitrariedade da autoridade judiciária competente, sem qualquer fundamentação.

- D) São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, estando sujeitos às medidas do Código de Processo Penal.
- E) O adolescente poderá ser privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

20 - A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Nesse sentido, julgue a alternativa **INCORRETA:**

- A) A medida de internação poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;
- B) Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.
- C) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a dois anos.
- D) Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.
- E) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

21 – Assinale a alternativa **INCORRETA:**

- A) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- B) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- C) Não é assegurado à gestante, através do Sistema Único de Saúde, o atendimento pré e perinatal.
- D) A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.
- E) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

22 – Assinale a alternativa **CORRETA:**

- A) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- B) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses.
- C) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, mas é vedado o seu reconhecimento através de testamento ou mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.
- D) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, disponível e prescritível.
- E) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

23- Assinale a opção que melhor completa a lacuna abaixo:

A _____ obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

- A) Curatela
- B) Guarda
- C) Tutela
- D) Adoção
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

24- Assinale a INCORRETA:

- A) A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 21 (vinte e um) anos incompletos.
- B) A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- C) É vedada a adoção por procuração.
- D) O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
- E) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

25 – Julgue a assertiva CORRETA:

- A) Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.
- B) A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.
- C) O adotado não tem direito de conhecer sua origem biológica.
- D) Os brasileiros residentes no exterior não possuem preferência aos estrangeiros, nos casos de adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro.
- E) A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas arbitrariamente pelo Conselho Tutelar.

26- Dentre as atribuições do Conselho Tutelar, insere-se a de atender crianças autoras de atos infracionais, podendo, em consequência, aplicar as seguintes medidas:

- A) qualquer medida socioeducativa ou de proteção prevista no ECA.
- B) apenas medidas socioeducativas, exceto internação e semiliberdade.
- C) apenas medidas de proteção, exceto internação e semiliberdade.
- D) apenas medidas de proteção, exceto colocação em família substituta.
- E) qualquer medida de proteção, sem exceção.

27- A respeito da autorização para viajar, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A autorização será exigida quando a criança estiver acompanhada.
- B) Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.
- C) A autorização não será exigida quando tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana;
- D) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por dois anos.
- E) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável.

28- Em relação as medidas de proteção, assinale a opção CORRETA:

- A) A inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente não constitui uma medida de proteção.
- B) A condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos não é um princípio de aplicação das medidas de proteção.
- C) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- D) A colocação em família substituta não constitui uma medida de proteção.
- E) As medidas de proteção não poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, tampouco substituídas a qualquer tempo.

29- Assinale a opção INCORRETA:

- A) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.
- B) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade não poderá determinar, que o adolescente restitua a coisa ou promova o ressarcimento do dano como forma de compensar o prejuízo da vítima.
- C) A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.
- D) A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
- E) A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

30 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
- B) A autoridade judiciária dará curador especial à criança ou adolescente, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsável, ou quando carecer de representação ou assistência legal ainda que eventual.
- C) Os menores de dezesseis anos serão assistidos por seus pais, tutores ou curadores.
- D) Não há impedimento de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ou ainda ascendentes e descendentes.
- E) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude não são isentas de custas e emolumentos.